

Arrecadação da CPMF ficará aquém da previsão

Perdas foram causadas pela demora na aprovação da proposta de prorrogação da cobrança

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – A arrecadação da Contribuição Provisória da Movimentação Financeira (CPMF) será, em 99, menor do que o governo supunha quando fez o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Foi o que informou ontem o secretário de Política Econômica, Amaury Bier.

“Teremos de adotar mecanismos para compensar essa perda”, afirmou. Ele não quis, porém, revelar como o governo espera recompor seu resultado – se com nova elevação nos impostos ou com corte nas despesas.

O governo já contabiliza perda na estimativa da arrecadação da CPMF porque o Congresso só deverá votar a proposta de prorrogação do período de cobrança e aumento da alíquota no início de 99. Porém, os cálculos feitos pelos técnicos do governo brasileiro e do FMI consideravam que, desde janeiro, os brasileiros estariam pagando 0,38% sobre cada transação financeira. Se o aumento da CPMF vigorasse desde o próximo dia 1.º de janeiro, o governo teria um ganho de R\$ 7,3 bilhões em sua arrecadação. Mas, para isso, o projeto que prorroga e aumenta a alíquota deveria ser aprovado até o dia 31 de dezembro.

A melhor hipótese do governo, agora, é que o Congresso aprove o au-



Bier: “Teremos de adotar mecanismos para compensar essa perda”

ESTADOS E MUNICÍPIOS TERÃO BAIXO DESEMPENHO

mento da CPMF até o dia 31 de janeiro de 99. Nesse caso, segundo concluíram juristas da área econômica, o governo poderia continuar cobrando a alíquota de 0,2%. O aumento, que levará a alíquota a 0,38%, só poderá ser cobrado 90 dias após aprovado pelo Congresso. Bier explicou que medidas compensatórias serão adotadas para garantir as metas de ajuste fiscal.

Os governos estaduais e municipais terão, em 98, um desempenho pior do que o esperado em outubro,

quando foi divulgado o Programa de Estabilidade Fiscal, com projeções sobre o comportamento das contas públicas ao longo dos próximos três anos. Esperava-se que o resultado primário (receitas menos despesas não financeiras) de Estados e municípios fosse um superávit correspondente a 0,12% do Produto Interno Bruto (PIB). Na verdade, porém, as contas deverão fechar com um déficit de 0,2% do PIB. Do mesmo modo, as contas das empresas estatais deveriam chegar ao fim do ano com um superávit de 0,2% do PIB, mas o resultado tende a ser um déficit de 0,2% do PIB.

Essa piora nas estatísticas, porém, não interferirá nas metas de déficit

acertadas com o FMI, pois o programa com o Fundo já foi feito levando em conta as estatísticas mais pessimistas. A deterioração nas contas dos Estados ocorreu principalmente por causa de gastos financiados com recursos de privatizações.

Bier acredita que País conseguirá cumprir a meta de déficit nominal (receitas menos despesas financeiras e não-financeiras) acertada para este ano, que é de R\$ 72,879 bilhões. Esse resultado é determinado pelo desempenho das contas primárias, mais os gastos com juros sobre a dívida pública. Segundo o secretário, as taxas de juros, hoje, já estão abaixo da estimativa utilizada para calcular o déficit nominal. Por isso, o cumprimento da meta torna-se mais fácil. Ele informou que as taxas de juros deverão cair mais acentuadamente no primeiro semestre de 99, de modo que a média anual será de 21,89%.

Ao longo de 99, o governo deverá acolher, em sua contabilidade, R\$ 24,829 bilhões em dívidas de responsabilidade do governo federal que não estavam registradas em lugar algum. A principal conta é a do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), que será incorporada aos pedaços à dívida do governo. Por outro lado, as receitas com privatizações deverão chegar, no mesmo período, a R\$ 25,713 bilhões.

Bier explicou que não há nenhuma relação direta entre o reconhecimento de dívidas e as receitas de privatização. No entanto, a diferença entre essas duas contas é importante porque interfere no resultado nominal. As privatizações ajudam a melhorar o resultado, pela redução da dívida e conseqüente economia na conta de juros. O reconhecimento de dívidas tem o efeito oposto, pois aumenta o gasto com juros.